



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**SÃO VALENTIM**

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 029 DE 27 DE JULHO DE 2022**

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO VALENTIM-RS

ENTRADA

Protocolo n. 74/2022 Data: 29/07/2022

Hora: 09 h 42 min

Saturno  
ASSESSOR(A)

Autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de São Valentim**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**faz saber** que enviou para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica o Município de São Valentim autorizado a participar do Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.074.898/0001-69, objetivando a promoção do planejamento, da coordenação e da execução de formas articuladas de desenvolvimento sustentável na região.

**Art. 2º**- As convenções bem como os estatutos sociais do consórcio terão força de lei municipal.

**Art.3º** - As despesas decorrentes da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária consignada na lei de meios.

**Art.4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM/RS**, aos 27 dias do mês de julho de 2022.

  
**CLAUDIMIR PANIZ,**

Prefeito Municipal de São Valentim

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM-RS  
APROVADO

Reunião: 26/09/2022



Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

CEP: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**SÃO VALENTIM**

**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 029/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Vereadores,

Encaminhamos a esta Casa Legislativa, para análise dos Nobres Vereadores, o presente projeto de Lei que tem por objetivo autorizar o Município de São Valentim a participar do Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, considerando que esse consórcio proporcionará ao município a vinda de mais recursos financeiros oriundos do Governo Federal e Estadual através de convênios.

Somos sabedores de que o Governo Federal é favorável à criação de consórcios entre os municípios para facilitar a liberação de tais recursos.

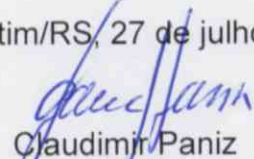
Desta forma, a união de municípios em forma de consórcios tem mais força de decisão e acesso aos recursos disponíveis tanto no Governo Federal quanto Estadual, facilitando, assim, a sua liberação em face a maior abrangência regional que o consórcio traz consigo.

Ainda, a formação de tal consórcio trará para o nosso município uma nova forma desenvolvimento sustentável em todas as áreas que atendam especialmente a nossa população diretamente.

Por fim, cabe destacar que a participação do Município no consórcio permite a sua participação nas licitações feitas por este, as quais, por sua vez, dão acesso à aquisição de produtos de forma mais célere e barata, melhorando o gasto com os recursos públicos.

Estes são os motivos que nos levaram a encaminhar o presente projeto de Lei, que, após a acurada análise de Vossas Excelências, rogamos por sua aprovação.

São Valentim/RS, 27 de julho de 2022.

  
Claudimir Paniz  
Prefeito Municipal

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

CEP: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**SÃO VALENTIM**

**EMENDA À JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 029/2022**

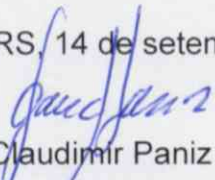
Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Vereadores,

Encaminhamos a esta Casa Legislativa, para análise dos Nobres Vereadores, minuta do Contrato de Rateio a ser firmado com o Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU, onde consta as obrigações das partes, bem como o valor das contribuições mensais a título de rateio das despesas do referido consórcio.

Ressalta-se a importância da participação do nosso município no consórcio, nos termos da justificativa apresentada juntamente com o projeto original.

Estes são os motivos que nos levaram a encaminhar a presente emenda à justificativa, reiterando o pedido de que, após a acurada análise de Vossas Excelências, seja aprovado o Projeto de Lei nº 029/2022.

São Valentim/RS, 14 de setembro de 2022.

  
Claudimir Paniz  
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO VALENTIM-RS  
ENTRADA

Protocolo n.º	8F / 2022	Data:	15 / 09 / 2022
Hora:	08 h 50 min		

  
ASSESSOR(a)

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

CEP: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49



## ANEXO I

### CONTRATO DE RATEIO

**Que entre si celebram o Município de São Valentim e o Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU/RS, na forma abaixo:**

**O Município de São Valentim**, pessoa jurídica de direito público interno com sede na Rua, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob n.º representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente **Município**, e o **Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU/RS**, pessoa jurídica de direito público interno devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.074.898/0001-69, com sede na Rua Marechal Floriano, n.º 184, no Município de Erechim/RS, neste ato representada por seu Presidente, CARLOS ALBERTO BORDIN, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG n.º 8035078073 e devidamente inscrito no CPF n.º 452.723.870-15, residente e domiciliado na Avenida Ângelo Gasparetto, n.º 178, no Município de Jacutinga/RS, doravante denominada **CIRAU**, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio, conforme previsto na Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005 e o Decreto Federal n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, bem como nos termos a seguir:

#### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente contrato de rateio tem por objeto regulamentar a contribuição financeira dos Municípios integrantes e não integrantes do CIRAU, a fim de auxiliar em sua revitalização institucional e operacional, tendo como contrapartida imediata a inclusão dos Municípios contratantes nas Atas de Registros de Preços advindas de certames licitatórios a serem promovidos pelo CIRAU no exercício de 2022.

**Parágrafo primeiro:** A subscrição deste instrumento não implica em automática adesão do Município contratante ao Consórcio, sendo destinado unicamente ao custeio institucional e operacional da associação por tempo determinado, a fim de permitir a deflagração e o acompanhamento dos certames licitatórios e adesão às Atas de Registros de Preços elaboradas pelo CIRAU.

#### DAS DESPESAS

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consideram-se despesas do CIRAU, a serem custeadas com o produto do presente contrato de rateio, entre outras:

- a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
- b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CONSÓRCIO previstos no Estatuto Social do Consórcio Público;
- c) Custos despendidos na operacionalização e gestão dos contratos administrativos decorrentes de licitações públicas realizadas no interesse dos Municípios contratantes;
- d) Custos despendidos na remuneração de empregados do Consórcio, nela incluída os encargos trabalhistas e previdenciários;
- e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do Consórcio, bem como para a execução de ações e projetos conforme disposto no Estatuto e no presente Contrato de Rateio, em benefício dos municípios consorciados e não consorciados.

- f) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIRAU;
- g) Custos despendidos na participação de cursos, treinamentos e outros programas que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado.

## **DA GESTÃO DOS RECURSOS**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A gestão dos recursos financeiros estabelecidos neste contrato, bem como as respectivas prestações de contas, incluindo a elaboração e apresentação dos Balanços Contábeis e Financeiros é de responsabilidade do Conselho de Prefeitos, acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Fiscal, conforme estabelecido no Estatuto do Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU.

**Parágrafo único:** Os entes contratantes, isoladamente ou em conjunto, bem como os integrantes do Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato e em conformidade com o Estatuto Social.

## **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA QUARTA:** O Município compromete-se a:

- I – Supervisionar, acompanhar e apoiar as atividades do presente contrato, diligenciando para que seus objetivos sejam alcançados;
- II – examinar e pronunciar-se, quando for o caso, acerca das ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos deste contrato;
- III – destinar dotação orçamentária específica ao custeio das despesas lançadas neste contrato de rateio, sob pena de improbidade administrativa;
- IV – repassar ao Consórcio o valor relativo à sua cota de rateio no prazo assinado neste instrumento contratual;
- V – repassar ao Consórcio, quando solicitada, relação preliminar de produtos que almeja adquirir através da Ata de Registro de Preços originada de certame licitatório a ser promovido pela associação, contendo os respectivos quantitativos estimados.

**CLÁUSULA QUINTA:** O CIRAU compromete-se a:

- I - gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada a aplicação de recursos de modo diverso ao disposto neste Contrato de Rateio, ou em finalidade diversa daquela versada no Estatuto Social do Consórcio;
- II - aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos em seus termos, observadas as normas da contabilidade pública;
- III - executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;
- IV - apresentar em Assembleia Geral aos MUNICÍPIOS relatório contábil, bem como relatório discriminando os contratos realizados, discriminando os respectivos valores;
- V - prestar informações pertinentes quando solicitado;
- VI - controlar a utilização da cota-parte de fruição do Município em função do repasse de valores efetivado;
- VII – cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas do Contrato de Rateio.



## DO VALOR

**CLÁUSULA SEXTA:** Fica estabelecido que, a título de rateio das despesas do CIRAUI, o Município repassará ao Consórcio **contribuições mensais** em valor equivalente a **R\$ 0,30 (trinta) centavos por habitante**, considerando-se que, nos termos do último recenseamento levado a cabo pelo IBGE, o Município contratante conta com 3.220 habitantes, resultando em um valor total de R\$ 966,60 (novecentos e sessenta e seis reais).

**Parágrafo primeiro:** A transferência dos recursos atinentes ao contrato de rateio ora firmado se dará até o dia 10 (dez) de cada mês, ou o dia útil que se lhe seguir caso recaia tal data em dia não útil, vencendo-se a primeira parcela no mês imediatamente seguinte ao da subscrição deste contrato, à exceção da última parcela, relativa ao mês de dezembro de 2022, cujos valores deverão ser depositados antecipadamente, até o dia 20 de dezembro de 2022.

**Parágrafo segundo:** Os valores relativos à cota de rateio devem ser transferidos para a **Agência** n.º 0210, **Conta Corrente** n.º 04.156198.0-6, no **Banco** Banrisul, de titularidade do CIRAUI.

## DO PRAZO DE VIGÊNCIA

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O presente contrato de rateio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar a partir da publicação da Lei que autorizar sua assinatura, não podendo ser prorrogado sem a adesão do Município contratante aos termos do Estatuto Social e do Protocolo de Intenções do Consórcio.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA OITAVA:** Este Convênio poderá ser denunciado no caso de inadimplência ao disposto em qualquer de suas cláusulas ou por conveniência das partes, mediante notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.


**Parágrafo único:** A denúncia à contratação por parte do Município contratante deverá ser endereçada ao Conselho de Prefeitos, os quais deverão se manifestar quanto à sua aceitação no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que, no silêncio, considerar-se-á rescindido o contrato.

**CLÁUSULA NONA** – Fica eleito o Foro do Município de Erechim – RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou pendências oriundas da execução do presente instrumento, não solucionadas administrativamente.

Assim, por estarem justas e acordadas, as partes, por seus representantes, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

São Valentim /RS, ... de ... de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Carlos Alberto Bordin**  
Presidente do CIRAUI

  
\_\_\_\_\_  
**CLAUDIMIR PANIZ**  
Prefeito Municipal